

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Simone Maria Martins¹

Silvana Aparecida Guietti de Oliveira²

COSTA, MARIA LUISA FURLAN (ORG.). EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: AVANÇOS E PERSPECTIVAS. MARINGÁ: EDUEM, 2013.

Maria Luisa Furlan Costa, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), presenteia-nos com esta bela obra organizada em sete capítulos composta da participação de ilustres co-autores da área de Educação a Distância, os quais nominamos na ordem dos capítulos iniciando-se pela própria organizadora, seguindo-se de Maria Aparecida Knuppel; Glaucia da Silva Brito, Michele Simonian e Monica Caetano Vieira da Silva; Anamelea de Campos Pinto e Cleber Nauber dos Santos; Simone de Souza e Valdeni Soliani Franco; Eleonora Milano Falcão Vieira, Andreia Maria Fiala e Marialice de Moraes; finalizando por último com Célio Juvenal Costa e Débora de Liz e Silva. Todos os capítulos são pertinentes e seus respectivos temas de extrema relevância para o cenário atual das políticas públicas voltadas ao Ensino Superior a Distância, em seu processo de institucionalização, seus aspectos de infraestrutura física, administrativa, pedagógica e tecnológica, além das práticas de avaliação interna e externa. Os temas são alvos recentes de muita discussão, considerando que nos encontramos em pleno processo de construção desta modalidade, tendo em vista que a EaD dentro das universidades ainda é recente e exige-se muitas pesquisas e estudos. Obras desta natureza, colaboram para a consolidação de parâmetros conceituais e teóricos consistentes quanto a EaD no Brasil.

1 Graduação em Pedagogia, e, em Ciências Sociais; Especialização em Meio Ambiente, e, em Educação a Distância; Mestrado em Educação; Coordenadora de Polo da Universidade Aberta do Brasil; Grupo de Pesquisa em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais; martins.mestrado.uem@gmail.com.

2 Graduação em Pedagogia; Especialização em Psicopedagogia, e, Educação a Distância; Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá; Tutora; Grupo de Pesquisa em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais; sguietti@bol.com.br.

“Educação a Distância no Brasil: Avanços e Perspectivas” é um livro organizado em sete capítulos os quais são escritos por importantes atores da educação a distância no Ensino Superior no Brasil. São todos autores atuantes em estudos, pesquisas e profissionais docentes desta modalidade dentro das universidades públicas brasileiras. Neste contexto é abordado no primeiro capítulo um enfoque na história e nas políticas públicas para o Ensino Superior a Distância no Brasil. No segundo capítulo destaca-se a gestão articulada de polos como um espaço múltiplo e diverso. No terceiro capítulo aborda-se o trajeto para efetivação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), como tecnologia em educação para a EaD. No quarto capítulo enfatiza-se a produção de material didático e as implicações na formação acadêmica. No quinto capítulo discorre-se sobre o sistema de tutoria na educação a distância. No sexto capítulo destaca-se o processo de avaliação da aprendizagem no ambiente Moodle. No sétimo e último capítulo compartilha-se a experiência do Processo de Avaliação Interna (PAI) nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Nesta resenha abordaremos o primeiro capítulo que traça a história e as políticas para o Ensino Superior a Distância no Brasil, em que encontramos grande destaque quanto ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), como mola propulsora aos avanços e surgimento de perspectivas na consolidação da modalidade a distância dentro das instituições públicas de Ensino Superior no Brasil.

O capítulo em análise aborda o tema dividido em três tópicos. O primeiro destaca as políticas públicas para o Ensino Superior a Distância no Brasil. O segundo tópico apresenta a consolidação do Sistema Universidade Aberta do Brasil. O terceiro e último tema destaca a complexidade da modalidade de Educação a Distância e do Programa Universidade Aberta do Brasil, considerando o número de universidades envolvidas e todo processo de sistematização, organização e gestão tanto de polos, quanto ao sistema como um todo.

No primeiro tópico aborda-se o percurso da consolidação desta modalidade dentro do Ensino Superior, que se inicia partindo da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), dos decretos presidenciais nº 2.494/98 e 5.622/05, que determinaram formas em que se constituirá a modalidade a distância no Brasil.

Destaca-se posteriormente o Plano Nacional de Educação (PNE) instituído pela Lei nº 10.172/01, em que pronunciou a necessidade de reparar a falta de acesso ao Ensino Superior por meio da EaD. Seguem-se neste tópico alguns dados quanto a exemplos de outros países da América Latina, além dos percentuais de vagas ofertadas, quais comprovam a emergência em se consolidar políticas públicas que avançassem na oferta e expansão de vagas no Ensino Superior.

No segundo tópico destina-se ao destarte da importância da criação do sistema Universidade Aberta do Brasil, destacando-se a forma em que foi constituída na qual iniciou seu processo, por meio da existência do Fórum das Estatais pela Educação em 2004. Como fruto desta discussão, dois anos depois nasce em 2006 o decreto 5.800/06, responsável pela criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Neste momento em diante abrem-se editais para que as universidades públicas, estados e municípios pudessem ofertar a EaD em nível Superior no Brasil.

No terceiro e último tópico, a autora destaca a complexidade do Sistema UAB, qual agora em pleno vapor, acena seus primeiros resultados. Neste sentido afere-se a importância de acelerar as soluções diante dos resultados já diagnosticados e as práticas que vem acontecendo dentro das universidades públicas. Ressalva-se que a morosidade pública pode afetar a qualidade desta modalidade, embora seja notável a preocupação na garantia desta, em todas as instâncias envolvidas neste processo de consolidação.

Finalizando esta resenha, vale ressaltar que ambos os tópicos em destaque, são pertinentes a uma reflexão crítica e honesta de como podemos analisar todo este processo dentro das universidades públicas, tais quais embora contenham as mesmas exigências legais, no setor privado cada universidade se difere e não se sujeita a seguir um sistema. Um sistema único de educação pode ser muito pertinente e válido, desde que não engesse as partes.

De qualquer forma, as universidades públicas também possuem flexibilidade para construir sua proposta de projeto pedagógico-político-curricular. O que de fato pode emperrar as universidades são as formas de financiamento, que por vezes, ficam reféns de datas e prazos que não seguem uma sequência, que possa garantir a continuidade e periodicidade efetiva na oferta de seus respectivos cursos. Já na modalidade presencial cada universidade pública, tem

seu próprio calendário acadêmico permanente, para oferta de seus cursos, com período fixo para vestibular, matrículas, provas, exames, dentre demais atividades acadêmicas e pedagógicas. Isto também oportuniza que a comunidade planeje e participe deste processo.

Mesmo que não concordemos totalmente com o formato que foi estabelecido, o mesmo fora construído partindo-se de discussões entre os representantes das universidades públicas e esferas políticas. Por isso, na construção deste processo pode ser considerada como uma tentativa democrática de instituir políticas públicas educacionais. Fato este não distante de outras instâncias e níveis de educação, considerando que o princípio constitucional de nosso país, opera atualmente a favor da construção democrática, mesmo que ainda manipulada e articulada pelas mãos e mentes da minoria.

Recebido em outubro de 2013.

Aprovado em dezembro de 2013.